

O EMOCIONAL E A (IN)DISCIPLINA DO ALUNO AFETAM A APRENDIZAGEM?

Angela Gerst F. Ramiss *

RESUMO

O aluno não é mais um indivíduo que fica quieto na cadeira durante todo o turno ouvindo o professor. Este último, por sua vez, perdeu muito do brilho e status de uma profissão que já foi bem mais respeitada. No entanto, exigem-lhe que eduque, dê carinho, transmita conhecimentos, saiba ouvir, avaliar e compreenda. Há, ainda, questões fundamentais de respeito e cidadania a serem retomadas. Como coordenar todas essas variáveis? O presente artigo pode não dar respostas, mas traz muitas reflexões.

Palavras-chave: Disciplina. Conhecimento. Respeito.

Responder ao que todos sabemos e sentimos em nosso dia a dia é fácil. Difícil é lidar com isso. Nossas salas de aula têm mais alunos do que deveriam, enfrentamos a cada ano alunos mais imaturos, mais indisciplinados e com maiores dificuldades de aprendizagens globais ou específicas, além do já tão falado THDA (Transtorno de Hiperatividade com Déficit de Atenção). Nossa sociedade exige ritmo acelerado, competição, consumo, e apresenta poucas perspectivas em contrapartida. Estudamos

causas e consequências de distúrbios emocionais, constatamos a desestruturação familiar, ou melhor, as transformações sociais que afetam as famílias, vemos crescer os casos de transtornos e síndromes em nossos alunos e, no entanto, em nenhum lugar encontramos a resposta para a pergunta: Como ensinar e estimular a criança de hoje a aprender sem que seu comportamento tome mais o nosso tempo do que a aprendizagem em si?

Planejar atividades é fácil, mas nos planos não

* Especialista em Educação Pré-Escolar, pela FAPA, e em Psicopedagogia Clínica e Terapêutica, pelo Centro de Estudos Médicos e Psicopedagógicos de Porto Alegre, RS. Atualmente, exerce a função de psicopedagoga no SPI - Serviço de Psicopedagogia Institucional do Colégio Marista Rosário.

constam interrupções pelas conversas paralelas, para suspender trocas de cartinhas e figurinhas, para os diálogos sobre respeitar o colega, não brigar, resolver os conflitos sem bater, etc. Confirmando essa realidade, Júlio Groppa Aquino (SAYÃO; AQUINO, 2004, p. 54) afirma que “a experiência escolar está genericamente dividida em dois campos: o intelectual, relativo ao conhecimento, e o normativo, relativo aos valores, às regras de convívio, etc.” E mais, o campo normativo estaria cada vez mais suplantando o intelectual. Assim, o professor tornou-se o responsável por ensinar que a escola é um lugar de convivência, com regras para intermediar as relações, uma passagem do espaço privado da casa para o mundo público, não podendo, portanto, se submeter às dificuldades infantis de se comportar em grupo, segundo Roseli Sayão (2004).

Discute-se muito que os pais estão delegando funções aos professores. Não concordo inteiramente, penso, sim, é que alguns pais, por motivos variados, não estão cumprindo com uma das suas funções: dar limites aos filhos. Mas também não querem que os professores e a escola a cumpram. Isso vem afetando e muito o trabalho na sala de aula. Essa falta de limites age negativamente sobre as relações com os colegas, o respeito ao professor e sua figura de autoridade (desculpem-me a palavra em desuso) e a valorização dos conteúdos e das atividades escolares. Segundo Roseli Sayão (2004, p. 53), a geração desses pais lutou em nome das liberdades individuais e de expressão, e as noções

de obediência e de proibição tornaram-se malditas na pedagogia politicamente correta:

“[...] contribuimos bastante para esse individualismo louco que vivemos hoje, para instalar essa confusão e licenciosidade, para esse egoísmo tão característico de nosso tempo”.

Há uma crise de autoridade institucionalizada, e penso que a reunião de figuras egocêntricas dentro de uma mesma sala de aula resulta em relacionamentos intempestivos e de poucas formas amigáveis de resolver conflitos. Pessoas egocêntricas têm dificuldades em desenvolver noções de cidadania. Para Sayão (2004, p. 88),

“[...] o professor precisa transformar aquele amontoado de alunos com um professor à frente em um grupo sólido no qual ele está incluído. Ocupando um lugar diferente, é claro. E isso acontece na convivência por meio da intervenção segura e precisa do professor, apontando as possibilidades e os limites e orientando os alunos para que aprendam a se responsabilizar por sua participação”.

Segundo Miguel Zabalza (2005, p. 6), doutor em Psicologia e Pedagogia, em entrevista à revista *Educação em Revista*, “o modelo brasileiro (de educação) entende a criança como um ser pequeno que precisa de muito amor”. Porém, na maioria das vezes, os alunos em escolas particulares “chegam da família cheios de amor, e essa priorização da educação afetiva pode gerar confusão de papéis entre a família e a escola”. É necessário, pois, que escola e família tenham um projeto único, com pa-

péis bem definidos que se completem e não que se substituam ou se atrimem. Conforme Sayão (2004, p. 63), em vez de se atualizar para receber os alunos que chegam com uma formação diferente daquela desejada pelos professores, a escola tem tentado se transformar em uma família substituta para esses alunos. “[...] a escola deixa de ser escola”, gerando cobranças e pressões recíprocas.

Certamente, a escola não é mais o único lugar e, provavelmente, nem o primeiro em que as crianças e adolescentes buscam conhecimento. No entanto, é o lugar em que este é adquirido mais formalmente, o que penso ser ainda uma necessidade, embora seja urgente pensar-se no como fazer. Para muitos, grupo em que me incluo, a escola estaria se tornando anacrônica e defasada em relação à transformação acelerada da sociedade e da tecnologia, no entanto, é “fato de que, sem a iniciação escolar, não pode haver pertença social” (SAYÃO, 2004, p.58). Para o autor, a convivência escolar constitui o substrato da cidadania democrática.

O aluno também não é mais um indivíduo que fica quieto na cadeira durante toda a manhã ou toda a tarde ouvindo o professor. No entanto, embora entenda de computador e seja portador de uma veia muito crítica, ele ainda precisa da interação que só na sala de aula acontece. Segundo Groppa (SAYÃO, 2004, p.82),

“a escola é, para uma enorme parcela da população, o único espaço disponível de iniciação na vida pública. E vida pública significa,

salvo melhor juízo, uma existência mediada pelo legado cultural”.

A criança de hoje está acostumada a ter a atenção dos adultos, a participar de questões familiares e de se inteirar dos acontecimentos mundiais, por isso, é difícil chamar sua atenção numa sala de aula com trinta e até quarenta alunos. Ela aprende “quando toda a concentração está voltada para ela ou para um pequeno grupo” (O FUTURO, 2005, p.23). No entanto, dificilmente, temos pequenos grupos dentro da sala. E pior, esta parece ser uma geração sem preocupações com o futuro, é imediatista e acostumada a receber tudo pronto, resiste em perder tempo lendo, pensando e formulando respostas, pelo menos na realidade da escola privada. Como professores, competimos com a (falta de) motivação do aluno, que é um processo interno que o deve levar a estudar, fazer as lições e se esforçar.

Esta nova realidade exige reciclagem e atualização por parte do professor, não só na área de conhecimento como também na didática, visando tornar sua matéria atrativa e mais interessante do que a internet, o colega ao lado ou a conversa sobre a novela. Por outro lado,

“[...] o encantamento pelo conhecimento, que seria o requisito fundamental do professor no exercício de sua função, agora se converteu em encantamento pelo modo recreativo, lúdico e até hipnótico de apresentar o conhecimento. É a forma suplantando o conteúdo. [...] Como deixar o aluno feliz, cobrando disciplina e esforço? Isso se consegue propondo atividades legais, gostosas, na forma de brincadeira. Só o

encantamento pelo conhecimento fica perdido” (SAYÃO, 2004, p.73 e 74).

Segundo Zagury (2006, p. 21),

“a escola não precisa ser o tempo todo atraente e lúdica como algumas teorias propõem. [...] A escola tem que ensinar que para conseguir alguma coisa é preciso esforço e dedicação. Caso contrário, ela estará apenas enfatizando valores que a sociedade preconiza e prejudicam a educação. [...] o que se vê na prática é um endeusamento do que é fácil e do que dá prazer imediato. E aprender, muitas vezes, é difícil e sofrido. Com o saber desvalorizado, a escola e o papel do professor também ficam desprestigiados”.

Infelizmente, vemos todos os dias, em nossas salas de aula, a multiplicação desses novos valores da sociedade em forma de material escolar, de competição por coisas fúteis, em incentivos familiares e, até, em exemplos de alguns professores, sem que haja nem de longe uma reflexão e, conseqüentemente, a consciência de tais transformações e prejuízos.

A figura desvalorizada do professor, consequência dos novos tempos, tem muita dificuldade de se impor diante de uma turma cheia de interesses e informações virtuais, tem dificuldade de se impor diante dos frequentes questionamentos dos pais quanto à sua competência e às suas atitudes, tem dificuldade de se impor diante da impotência da própria escola, que fica à mercê de questões mais estruturais, administrativas e econômicas, ou até por estar refém dos novos valores da sociedade.

Finalmente, concordemos ou não, professor

não é mais, e nem voltará a ser, só quem transmite conteúdos. Ele ensina a pensar, educa, dá carinho, oferece o ombro, acompanha e também cobra resultados: “Ensinar é um investimento a fundo perdido. [...] O professor precisa sustentar uma série de coisas que, no presente, podem não ter muito sentido para o aluno” (SAYÃO, 2004, p.53).

Para cumprir suas múltiplas funções, o professor prescinde de uma relação de confiança entre a escola e a família. Segundo Zagury (2002, p.233-235), o pai do bom estudante vê a escola como aliada e não como oponente; geralmente é favorável às decisões da escola; não tem pena dos filhos quando estes têm tarefas, pesquisas ou estudos para fazer; sabe diferenciar com clareza situações em que os resultados positivos na escola são fruto de esforço ou quando os negativos se relacionam à falta de dedicação dos filhos; segue e faz os filhos seguirem o regulamento da escola; não ameaça a escola ou determinado professor quando alguma coisa inesperada ocorre, averiguando a situação

“partindo do pressuposto de que os filhos estão em fase de formação e que uma boa escola é a melhor aliada da família na formação de cidadãos honestos, produtivos e bem-sucedidos” (ZAGURY, 2006).

Infelizmente vemos algumas vezes as famílias confundindo proteção com superproteção, não perdendo possíveis falhas de professores e escolas, julgando que determinada atitude do professor é mera perseguição a seu filho, escolhendo escolas

sem uma profunda reflexão, só por praticidade, e depois estabelecendo uma relação de constante desconfiança.

É necessário, sim, que a família seja ouvida efetivamente pela escola e que esta possa contar com a família, sem, no entanto, incorrer no erro de ser uma escola mais de pais do que de alunos. Isto é, precisamos definir bem o perfil da criança que estamos recebendo e que, a meu ver, está mudando a cada ano; incluir de fato a família em

um objetivo comum de educação, e aqui entra a importância dos pais refletirem muito e escolherem uma escola para seu filho que compartilhe com eles uma mesma concepção de educação; traçar e seguir metas a curto e médio prazos; atualizar nossos conhecimentos e, principalmente, rever nosso modo de ver e reagir às mudanças; e, finalmente, trilhar nosso caminho com todas as ajudas possíveis e necessárias, pois professor nenhum deve ser um solitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O FUTURO é hoje. Sua escola sabe disso? **Profissão Mestre**, Curitiba, ano 6, n.6, p. 20-24, maio 2005.

SAYÃO, Rosely; AQUINO, Júlio Groppa. **Em defesa da escola**. Campinas: Papyrus. 2004

ZABALZA, Miguel. O aprendizado deve ser uma aventura compartilhada. **Educação em Revista**, n. 48, p. 5-6, fev./mar. 2005.

ZAGURY, Tânia. **Escola sem conflito**: parceria com pais. Rio de Janeiro: Record. 2002.

ZAGURY, Tânia. O professor precisa ser ouvido. **Nova Escola**, n. 192, p. 20-22, maio 2006.

